

MAIS SEGURANÇA

Banco Central anuncia novas regras para o Pix

O Banco Central anunciou mudanças no regulamento do Pix para ampliar funcionalidades, reforçar a segurança e aperfeiçoar a participação de instituições no sistema. Entre as principais novidades, está a autorização para que o Pix

Automático seja usado em contas-salário a partir de julho de 2027. O BC também regulamentou a chamada cobrança híbrida, que reúne boleto e QR Code do Pix no mesmo documento. A finalidade é evitar pagamentos indevidos ou

em duplicidade. As regras passam a valer em fevereiro do ano que vem. A regulamentação prevê também a possibilidade de dispensar a participação obrigatória de instituições com mais de 500 mil contas ativas. **PÁGINA 2**

Cardeal
Tempesta

O mistério da absoluta esoberana gratuidade de Deus!

PÁGINA 5

Rio

Lula rebate Trump sobre retomada de territórios

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, rebateu nesta sexta-feira o presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump, que classificou organizações criminosas brasileiras como terroristas e disse que o Brasil não consegue enfrentar as facções. A declaração de Lula ocorreu durante evento oficial no Rio de Janeiro, que reuniu a cúpula da segurança pública nas esferas federal, estadual e municipal. O presidente defendeu retomar territórios ocupados por traficantes no Rio. “Nós precisamos ganhar do crime organizado. Eu não aceito a ideia de que as facções são terroristas, como diz o Trump”, afirmou. Segundo Lula, “quando Trump fala em terrorismo, ele fala em terrorismo de Estado, briga pelo poder”. “Quem era isso? Era o (ex-presidente Jair) Bolsonaro tentando dar o golpe de 8 de Janeiro. Isso é terrorismo. Pensando em matar Lula, (o vice Geraldo) Alckmin e até o (ministro do STF) Alexandre de Moraes. Esse era o plano. Isso é terrorismo de Estado”, discursou. **PÁGINA 6**

STF

1ª Turma mantém condenação de Eduardo

PÁGINA 7

LEI ELEITORAL

Gilmar reconhece legalidade do reajuste do Bolsa Família



ANDRESSA ANHOLETE/STF

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), atendeu nesta sexta-feira, a um pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) e reconheceu que o decreto que reajusta o Bolsa Família em 15,04% não viola a Lei Eleitoral, que veda a criação de benefícios em anos eleitorais. Em seu despacho, Gilmar considerou que a medida apenas recompõe pela inflação os valores do programa, sem criar novo benefício, ampliar o

número de beneficiários ou modificar os critérios de elegibilidade. "Trata-se apenas de atualização dos valores das prestações integrantes de programa social já existente, mediante critério objetivo de correção monetária", escreveu o decano do STF. Com o aumento linear dos benefícios dentro do Bolsa Família, o piso dos pagamentos sai de R\$ 600 para R\$ 691, com a média dos benefícios saltando de R\$ 691 para R\$ 777. **PÁGINA 2**

RECUPERAÇÃO



REPRODUÇÃO

Ao lado de Lula, Couto diz que RJ terá superávit de R\$ 5 bilhões

O governador do Rio de Janeiro em exercício, desembargador Ricardo Couto (**foto**), destacou nesta sexta-feira, que o Estado tem reforçado a segurança em corredores logísticos para coibir o roubo de cargas, um dos principais gargalos da gestão pública fluminense. Em paralelo, defendeu que o endurecimento das barreiras fiscais tem sido fundamental para a recuperação das finanças, o que permitirá ao estado atingir superávit em 2026. "Graças ao apoio que estamos tendo, o estado já está superavitário. Saímos do vermelho. Vamos entregar o Estado do Rio de Janeiro com cerca de R\$ 5 bilhões em caixa", disse ele, na presença do presidente Lula. **PÁGINA 2**

INDICADORES

IBOVESPA (-0,51%) / 185.547,66 / -954,98 / Volume: 72.581.191.376 / Negócios: 3.784.728										Bolsas no mundo			Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	-0,22% (ago.)	EURO turismo	
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento			%	Ufir-RJ	R\$ 4,9604	IPCA	-0,32% (ago.)	Compra 5,9766	Venda: 6,1566
	Preço	% Oscil.		Preço	% Oscil.		Preço	% Oscil.										
PETR4	48,65	-3,53	-1,78	RCSL3F	0,57	+42,50	+0,17	BRKM5F	4,54	-15,30	-0,82	Dow Jones	51.461,9	-1,21	Taxa Selic		CDI	
VALE3	73,00	-2,14	-1,60	HETA4	6,35	+24,51	+1,25	BRKM5	4,53	-15,17	-0,81	S&P 500	7.551,81	-0,45	(16/09)		(16/09)	13,65%
PMAM3	0,42	+7,69	+0,03	ESTR4	1,79	+18,54	+0,28	HETA4F	4,19	-12,89	-0,62	US Tech 100	28.275,2	+0,33	TR		OURO	
CSAN3	3,65	+3,11	+0,11	TXRX4F	2,01	+18,24	+0,31	ENMT4	37,24	-11,21	-4,70	Euronext 100	1.887,08	+0,54	(16/09)	0,1690%	BM&F/grama/RJ	R\$ 710,80
COGN3	2,35	-1,67	-0,04	RCSL3	0,52	+18,18	+0,08	GFSABF	0,25	-10,71	-0,03	CAC 40	8.140,59	+0,62	Poupança		EURO Comercial	
												FTSE 100	10.688,47	+0,28	(16/09)	0,6698%	Compra: 5,9087	Venda: 5,9093
																	Compra: 5,1751	Venda: 5,3551

MERCADOS



Bolsa recua em dia de ajuste, de olho em exterior e na eleição

JULIANA MACHADO/AE

Sem alteração de dinâmica desde a abertura, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) encerrou o pregão desta sexta-feira, em queda de 0,41%, aos 185.229,17 pontos, acumulando uma perda de 1,06% na semana, pautado por um ajuste de posição dos investidores, que optaram por posições mais defensivas antes do fim de semana. Mesmo assim, o índice acumula ganho de 4,4% no mês, ainda na esteira da confiança dos investidores em uma alternância de poder após as eleições e uma maior austeridade fiscal. No ano, o Ibovespa (Índice Bovespa) sobe 15%.

Parte da pressão sobre o índice nesta sexta veio do petróleo, que recuou e pesou sobre

a Petrobras. O barril do Brent, referência para a estatal, fechou cotado a US\$ 103,87, queda de 0,91%. Com isso, as preferenciais da companhia cederam 0,23%, enquanto as ordinárias, 1,09%.

DÓLAR

O dólar reduziu bastante o ritmo de alta frente ao real na segunda etapa de negócios desta sexta-feira, acompanhando a desaceleração da moeda americana no exterior, em meio à diminuição das perdas do iene.

Depois de atingir R\$ 5,1662 pela manhã, o dólar à vista terminou o dia a R\$ 5,1442, alta de 0,1%. A divisa acumulou ganho de 0,37% nesta semana. Em setembro, o dólar ainda recua 0,69% ante o real, após alta de 2,16% em agosto.

DARIO DURIGAN

Compromisso é não colocar dinheiro nos Correios após R\$ 6 bi

FLÁVIA SAID/AE

O ministro da Fazenda, Dario Durigan (**foto**), disse que o compromisso do governo Lula é não fazer novos aportes nos Correios depois do valor previsto no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027, de R\$ 6 bilhões. Ele criticou a gestão da estatal feita pelo governo Jair Bolsonaro (PL), dizendo que a empresa ficou atrasada e acumulou deficiências em custo de pessoal, em investimento em tecnologia e em novas fronteiras de mercados.

"Nós identificamos esse problema e trocamos a direção. Estamos exigindo do novo presidente, que tem feito um bom trabalho, que melhore (a gestão) e coloque os Correios na vanguarda. Se é investimento (que precisa ser feito), seja público, seja com os bancos, que se faça. Mas isso vai ser uma vez, para que os Correios viam a página. A nossa ideia e o nosso compromisso é não colocar dinheiro nos Correios depois desse aporte que está sendo previsto para o ano que vem", afirmou Durigan em entrevista ao portal UOL.

Na avaliação dele, o aporte contratado para o próximo ano vai viabilizar a retomada dos Correios. "Os Correios vão fazer parceria com a iniciativa privada, olhar as diferentes oportunidades no mercado, vai inovar, vai diversificar o mapa de serviços e vai parar de precisar de investimento público", defendeu.

BETS

Na entrevista, Durigan ainda afirmou que estão em análise restrições à publicidade e ao design dos jogos. E disse ser possível que novas medidas venham ainda este ano, "para que a gente siga protegendo as famílias de mais endividamento e de perda de renda".

"Tem uma série de coisas que nós estamos estudando: restrições de publicidade e o próprio design desses aplicativos. Eu vou dar um exemplo.



TOMAZ SILVA/ABRASIL

Se você tem um jogo que diz assim: 'Você aperta uma vez esse botão e vai jogar automaticamente 100 vezes'. É razoável que exista isso? Ou, para que o apostador jogue 100 vezes, ele precisa tomar 100 decisões de jogar? Esse tipo de debate me parece fazer muito sentido para uma sociedade que tem ainda uma renda per capita baixa comparada", sustentou.

Questionado sobre a arrecadação com as bets, o ministro respondeu que esse não é um tema prioritário quando se discute esse assunto. Como mostrado pelo Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), o governo Lula prepara uma Medida Provisória para proibir a atuação de cassinos online - popularmente conhecidos por bets - ainda antes da eleição, marcada para o início de outubro.

A MP foi elaborada pelo Ministério da Fazenda, que tem uma secretaria específica para tratar do tema, e está sob avaliação do Palácio do Planalto neste momento, relatam fontes. A expectativa é de que a medida seja publicada e enviada ao Congresso Nacional nos próximos dias, ainda antes do 1º turno das eleições.

LEI ELEITORAL

Gilmar reconhece legalidade do reajuste do Bolsa Família

GABRIEL MÁXIMO/AE

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), atendeu nesta sexta-feira, a um pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) e reconheceu que o decreto que reajusta o Bolsa Família em 15,04% não viola a Lei Eleitoral, que veda a criação de benefícios em anos eleitorais.

Em seu despacho, Gilmar considerou que a medida apenas recompõe pela inflação os valores do programa, sem criar novo benefício, ampliar o número de beneficiários ou modificar os critérios de elegibilidade. "Trata-se apenas de atualização dos valores das prestações integrantes de programa social já existente, mediante critério objetivo de correção monetária", escreveu o decano do STF.

Com o aumento linear dos benefícios dentro do Bolsa Família, o piso dos pagamentos sai de R\$ 600 para R\$ 691, com a média dos benefícios saltando de R\$ 691 para R\$ 777. Segundo cálculos apresentados pelo governo, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) desde o início do programa até agosto foi de 15,04%.

O pedido da AGU foi feito em uma ação protocolada pela Defensoria Pública da União (DPU) em 2020, na qual o órgão pedia ao STF que o governo federal implementasse e regulamentasse o programa da renda básica de cidadania prevista na Lei 10.835/2004. No ano seguinte, a Corte julgou o pedido parcialmente procedente e deter-



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

minou que o Executivo adotasse, a partir de 2022, o pagamento do benefício.

Em 2024, o relator do caso, Gilmar Mendes, considerou que a decisão havia sido cumprida em razão da sanção da lei que recriou o Bolsa Família, em 2023, e encerrou o caso. Entretanto, na última quarta-feira, a DPU acionou o magistrado para questionar sobre o cumprimento de um dispositivo da norma que prevê a possibilidade de correção periódica dos valores do benefício em intervalos de até 24 meses.

Diante disso, na quinta-feira, Gilmar pediu explicações ao governo sobre as providências tomadas para cumprir o que de-

termina a lei. O despacho foi assinado no mesmo dia em que o governo editou o decreto que reajusta o Bolsa Família.

Em sua manifestação ao ministro, a AGU respondeu que o atende ao requerimento da DPU e destacou que não há criação de novo benefício, conduta vedada por lei em anos eleitorais.

"Registre-se que o Decreto nº 13.120/2026 não institui benefício novo, não cria categoria adicional de beneficiários, não altera o critério legal de elegibilidade e não inaugura programa social Trata-se, ao contrário, de providência voltada à preservação, no tempo, do cumprimento da ordem injuncional, ao implementar a atualização periódica

dos valores expressamente prevista no art. 7º, §§ 3º e 4º, da Lei nº 14.601/2023, marco legal já reconhecido por essa Suprema Corte como apto a concretizar a decisão proferida nestes autos", diz o documento.

A AGU afirmou ainda que a própria lei de recriação do Bolsa Família deu ao governo federal a decisão sobre como fazer o reajuste do benefício, "sem estabelecer correção automática por índice previamente determinado ou exigir a alteração simultânea de todos os parâmetros".

Por fim, o Executivo pediu que Gilmar reconhecesse que o decreto atendeu ao questionamento da DPU e é compatível com a Lei Eleitoral.

PAGAMENTOS

Pix terá novas regras para fraudes, cobrança híbrida e contas-salário

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O Banco Central anunciou mudanças no regulamento do Pix para ampliar funcionalidades, reforçar a segurança e aperfeiçoar a participação de instituições no sistema. Entre as principais novidades, está a autorização para que o Pix Automático seja usado em contas-salário a partir de julho de 2027.

O BC também regulamentou

a chamada cobrança híbrida, que reúne boleto e QR Code do Pix no mesmo documento. A finalidade é evitar pagamentos indevidos ou em duplicidade. As regras passam a valer em fevereiro do ano que vem.

A regulamentação prevê também a possibilidade de dispensar a participação obrigatória de instituições com mais de 500 mil contas ativas, quando o perfil de clientes ou o modelo de negócios não justificar o acesso à in-

fraestrutura do Pix.

SUSPENSÃO, PRAZOS E FACILIDADES

Segundo o BC, algumas regras de adesão e de saída de participantes foram aperfeiçoadas, como:

- previsão de suspensão imediata de instituições em liquidação extrajudicial;
- ajustes de prazos para a saída ordenada em algumas situações.

Essa última diretriz refere-se, principalmente, a instituições que não comprovarem o atendimento dos limites mínimos de capital social e de patrimônio líquido.

De acordo com a autoridade monetária, esses mecanismos facilitarão a retirada de recursos pelos clientes dessas instituições. A penalidade de exclusão do Pix passará a ter efeito imediato, sem o prazo atual de 30 dias.

IMDS

Plataforma reúne 228 indicadores para comparar estados brasileiros

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

Uma iniciativa do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS), lançada na quinta-feira passada, reúne dados comparativos de todas as 27 unidades da federação brasileira baseados em 228 indicadores. Os dados são distribuídos em 12 temas: ambiente de negócios; assistência social; atividade econômica; distribuição de renda e pobreza; educação; situação fis-

cal; habitação; meio ambiente; mercado de trabalho; mobilidade social; saúde e segurança.

Em educação, a iniciativa, chamada IMDS - Eleições: Panorama Estadual, por exemplo, mostra que no estado do Ceará, o percentual de alunos do 2º ano do ensino fundamental com nível adequado de proficiência em leitura passou de 44,9%, em 2021, para 72,1%, em 2023. Já em Alagoas, no mesmo período, o indicador passou de 30% para

30,7%, permanecendo no mesmo patamar.

Na saúde, o panorama mostra que, entre 2020 e 2025, a taxa de casos de tuberculose aumentou no Rio de Janeiro, de 79,3 para 99,3 casos por 100 mil habitantes e, no Rio Grande do Sul, de 53,8 para 69,8.

A comparação entre os estados, também, evidencia o retrato das diferenças regionais do país. De acordo com a iniciativa, há uma notável discrepância entre

os estados do Norte e Nordeste e os do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, separando-os em dois blocos.

Entre os nove primeiros colocados no ranking dos estados com a maior proporção de pessoas com renda domiciliar per capita abaixo da linha de extrema pobreza, todos são das regiões Norte e Nordeste. Os estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste ocupam as melhores posições entre as 27 unidades da Federação.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS



ACESSE NOSSO SITE

Navio tipo PSV

Petrobras batiza embarcação Starnav Elektra, no Pier Mauá

A Petrobras realizou nesta sexta-feira, a cerimônia de batismo da embarcação Starnav Elektra, no Pier Mauá, na região portuária do Rio. O navio do tipo PSV (Platform Supply Vessel), construído no estaleiro Detroit, em Itajaí (SC), recebeu investimento de cerca de R\$ 450 milhões, de acordo com a estatal

A embarcação é a primeira de uma série de dez embarcações de apoio offshore construídas com recursos financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para atender à Petrobras.

Em 2024, o BNDES assinou um contrato de financiamento

de R\$ 500 milhões com a Starnav para a construção de duas embarcações do tipo platform supply vessel no estaleiro Detroit. A Elektra é a primeira dessas embarcações a ser concluída.

O banco de fomento aprovou um novo financiamento para a Starnav, em 2025, no valor de R\$ 2,5 bilhões, destinado à construção de outras oito embarcações: quatro do tipo PSV e quatro do tipo oil spill recovery vessel (OSRV). O estaleiro Detroit também será responsável por essa etapa, segundo o BNDES.

As novas embarcações da Starnav contarão com motorização híbrida (diesel-elétrica) com banco de baterias, permi-

tindo uma redução de cerca de 18% nas emissões de gases de efeito estufa em comparação com a frota atual.

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, reiterou o compromisso da estatal com a renovação da frota, garantindo segurança e continuidade para a indústria nacional.

"Essa primeira entrega comprova o que nós prometemos e cumprimos São 48 barcos contratados até o final desse ano. Até o ano que vem, vamos alcançar um total de 96 embarcações, incluindo barcas e empuradores."

Segundo a estatal, os projetos dos novos PSV incorporam sis-

temas mais modernos de geração e distribuição de energia, incluindo bancos de baterias, monitoramento de consumo por telemetria e possibilidade futura de operação parcial com combustível renovável.

As embarcações também contam com novas tecnologias de pintura e sistemas anti-incrustação, que contribuem para reduzir o consumo de combustível e as emissões.

A entrega é a primeira do programa Mar Aberto, voltada à renovação e à ampliação da frota da Petrobras. A embarcação seguirá para operar nas plataformas das bacias petrolíferas brasileiras.

Trabalho presencial

Itaú Unibanco fecha maior locação de escritórios já vista e aluga 2 prédios

CIRCE BONATELLI/AE

O Itaú Unibanco fechou a maior locação já vista no mercado de escritórios no Brasil. O banco assinou, na noite da quinta-feira, o contrato para ocupar as duas torres do complexo Esther Towers, localizadas na Avenida Churci Zaidan, zona empresarial de São Paulo. O empreendimento pertence à Eztec, incorporadora da família Zarzur.

O contrato tem duração de dez anos, prorrogável por mais cinco.

O negócio vai gerar uma receita de locação de R\$ 1,17 bilhão em dez anos para a Eztec, considerando os preços de fechamento na data desta sexta-feira.

O contrato tem correção pelo IPCA, além de estar sujeito a revisões conforme a evolução dos preços no mercado, como é comum nesse tipo de contrato. A intermediação foi feita pelas consultorias CBRE (lado Eztec) e Binswanger Brazil (lado Itaú).

Para o Itaú, a locação atende à necessidade de ampliação da sua área de escritórios para comportar o crescimento das atividades do banco e, principalmente, a maior frequência do expediente presencial.

Durante a pandemia, a instituição financeira devolveu vá-

rios escritórios com a mudança para o home office.

Em junho, o Itaú alterou as regras do modelo de trabalho híbrido. A nova política determinava frequência mínima obrigatória de presença nos escritórios para três dias por semana para os funcionários administrativos, com vigência a partir do primeiro trimestre de 2028.

Para os superintendentes, a exigência será de quatro dias e começa em janeiro de 2027, equiparando-se à diretoria que já vale para diretores.

"A locação contempla cerca de 9.600 posições de trabalho e integra o plano de investimentos em infraestrutura anunciado pelo Itaú, que prepara seus polos para a evolução gradual do modelo híbrido", afirmou o banco, em comunicado. "A escolha do Esther Towers levou em conta critérios operacionais, de infraestrutura e de atendimento às necessidades futuras, com foco em ambientes que favoreçam a colaboração, a troca de conhecimento e a integração entre as equipes. O novo polo se soma às operações já existentes na cidade", emendou.

O banco tem mais de 80 mil funcionários no Brasil, dos quais cerca de 40% atuam presencialmente, com atendimento ao pú-

blico ou funções que dependem de apoio físico dos escritórios ou agências. Os outros cerca de 60% estão no modelo híbrido, ou seja, dão expediente em casa, mas com a obrigação de comparecer um mínimo de dias aos escritórios.

A decisão acompanha um movimento mais amplo no setor financeiro de reavaliação dos sistemas de trabalho adotados após a pandemia

O Nubank, por exemplo, também alugou uma série de prédios após anunciar a redução do sistema de home office.

E, para a Eztec, a locação representa um passo fundamental para seu investimento imobiliário. A incorporadora iniciou a construção do complexo Esther Tower em 2019. A primeira torre já recebeu o Habite-se (documento que libera a ocupação), e a segunda será entregue no terceiro trimestre do ano que vem.

O nome do complexo é uma homenagem à Dona Esther Zarzur, esposa do fundador da empresa, Seu Ernesto, um dos maiores empreendedores do mercado paulistano, falecido em 2021.

A locação contempla uma área de 91,4 mil metros quadrados de escritórios, o equivalente a 12 campos de futebol.

A reportagem apurou que o preço de aluguel pedido estava na faixa de R\$ 120 a R\$ 125 por metro quadrado. Se descontada a carência, o valor líquido ficou perto de R\$ 106 por metro quadrado. A Eztec concedeu carência em linha com as práticas de mercado, que vão de 6 a 12 meses sem o inquilino pagar aluguel, apurou o Estadão/Broadcast.

"A Eztec declara que a operação faz parte da avaliação contínua de alternativas estratégicas para seus ativos", informou a empresa, em comunicado. A Eztec desenvolve e constrói empreendimentos imobiliários para a venda - que é o próximo passo das suas torres. A companhia já comunicou que a venda do complexo ocorreria só após a locação. E como o aluguel aconteceu numa só tacada, a tendência é que a venda seja acelerada.

Pelas contas do mercado, o Complexo Esther Towers vale em torno de R\$ 1,5 bilhão.

Como inquilino, o Itaú tem prioridade numa eventual aquisição do complexo. A principal sede administrativa do banco é o Centro Empresarial Itaú Unibanco (CEIC), no Jabaquara, zona sul da capital paulista. Já o Itaú BBA fica no Edifício FL 3500, em plena Avenida Faria Lima. Ambos são imóveis próprios.

Gastos públicos

Durigan diz que dívida não seguirá trajetória de alta, mas cita patamar de 80% em 2030

MATEUS MAIA E FLÁVIA SAID/AE

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou, nesta sexta-feira, em entrevista ao UOL, que a trajetória de alta da dívida pública não vai continuar em um possível próximo governo do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Ele admitiu, entretanto, que o patamar

pode ficar perto dos 80% do PIB em 2030.

"Essa trajetória da dívida nos incomoda e já temos as previsões para os próximos anos de, a partir de 2029, estabilizar o crescimento, para, em 2030, ter redução", afirmou Durigan.

Ele disse que sente desconforto com o atual patamar da dí-

vida pública em relação ao PIB e que não quer passar dos 80% numa possível reeleição.

"De fato, eu não queria que passasse de 80% do PIB. Mas va-

mos chegar a 2030 abaixo de 80% do PIB. Ou pelo menos em 80% do PIB, porque esse é um limite que nos incomoda", completou o ministro.

EDIUORO EDITORA E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 04.160.920/0001-28 NIRE 33.3.0026701-8

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AGE: O Conselho de Administração da Cia. EDIUORO EDITORA E PARTICIPAÇÕES S.A. ("Cia."), na forma do art. 122 da Lei nº 6.404/76, convoca os seus acionistas a participarem da AGE que acontecerá, em primeira convocação, no dia 01/10/2026, às 10h e, em segunda convocação, no dia 02/10/2026, às 10h, em formato híbrido, por videoconferência, por meio link de acesso a ser enviado oportunamente aos acionistas, bem como na sede da Cia., no endereço localizado na Av. Rio Branco, nº 115, 12º andar, conjuntos 1201, 1202, 1203, 1204 e 1205, Centro, RJ/RJ, CEP 20.040-004, e terá a seguinte ordem do dia: (i) Consignar a não realização da incorporação da Editora Nova Fronteira Participações S.A., pela Cia., nos termos e forma definidos na AGE da Cia. realizada em 26/10/2023 ("AGE"); (ii) Examinar, discutir e deliberar sobre o Protocolo e Justificação ("Protocolo") de Incorporação da Editora Nova Fronteira Participações S.A. ("Incorporada") pela Cia.; (iii) Ratificar a nomeação e contratação da empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido da Incorporada, a valor contábil; (iv) Examinar, discutir e deliberar sobre o laudo de avaliação da Incorporada; (v) Deliberar sobre a efetiva incorporação da Incorporada pela Cia., sem o aumento de capital e emissão de novas ações da Cia.; e (vi) Aprovar a proposta de Estatuto Social da Cia.. Os documentos pertinentes a assuntos incluídos na ordem do dia encontram-se disponíveis para acesso pelos acionistas na sede da Sociedade e mediante solicitação ao endereço eletrônico juridico@ediuoro.com.br. Após a realização da AGE e elaboração das matérias, os acionistas assinarão a ata digitalmente via plataforma ProJuris. Eventuais manifestações serão recebidas pela mesa, que tomará as providências cabíveis. RJ/RJ, 21/09/2026. JORGE RODRIGUES CARNEIRO - Presidente do Conselho de Administração.

COPACABANA MAR HOTEL S.A.
CNPJ 28.585.602/0001-77 - NIRE 33300017330

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária: Convoco os acionistas do Copacabana Mar Hotel S/A para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a realizar-se na sede da sociedade, à Rua Ministro Viveiros de Castro nº 155, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, no dia 25/09/2026, às 9h00, em 1ª convocação, havendo quórum ou às 9h30, em 2ª convocação, com qualquer número de pessoas presentes, para o fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do dia: a) Prestação de contas dos exercícios findos em 31/12/2023, 31/12/2024 e 31/12/2025; b) Destinação dos resultados dos exercícios de 2023, 2024 e 2025; c) Eleição da Diretoria; d) Assuntos de interesse geral. RJ, 18/09/2026. Aloysio Maria Teixeira Filho - Diretor Presidente

COOPERATIVA DOS MOTOCICLISTAS AUTÔNOMOS SANTUR EXPRESS LTDA.
CNPJ: 14.732.940/0001-80 - NIRE: 33.4.0005171-8

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA O Presidente da COOPERATIVA DOS MOTOCICLISTAS AUTÔNOMOS SANTUR EXPRESS LTDA., no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os seus cooperados em dia com suas obrigações, para participarem da Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 07 de outubro de 2026, na sede da Rua Candido Mendes, nº 76, apto. 504 - Bairro Glória, no município do Rio de Janeiro - RJ, CEP 20241-220, estando em primeira convocação, às 12h, com a presença de 2/3 (dois terços) desses cooperados; em segunda convocação, às 13h, com a presença de metade mais 1 (um) de seus cooperados; e em terceira e última convocação, às 14h, com pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) desses cooperados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1 - Eleição para Presidente e Vice-Presidente, Tesoureiro, Conselho Fiscal e Conselho de Ética e Disciplina; 2 - Inclusão de cooperados; 3 - Exclusão de Cooperados.

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2026.
Roberto José de Souza - Presidente

Diário do Acionista

(21) 99122-4278
(11) 2655-1899

EXTRAVIO DE DIPLOMA
MARCIA DOS REIS SAFFIR ZOLINI, RG 06*****46, comunico a Perda de diploma de ensino Superior em Enfermagem - bacharelado da Universidade Celso Lisboa - Rio de Janeiro, Concluído em 2009.

FÁBRICA CARIOCA DE CATALISADORES S.A.
CNPJ: 28.944.734/0001-48 - NIRE 33300016678

REGULAMENTO INTERNO - TARIFA REMUNERATÓRIA - DECLARAÇÕES

ANEXO VI - REGULAMENTO INTERNO

Dados da Empresa (Matriz): Nome: Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. Endereço da Sede: Rua Nelson da Silva, 663, Cep: 23.565-160, Santa Cruz, Rio de Janeiro - RJ. NIRE: 33300016678 - CNPJ: 28.944.734/0001-48. Dados da Unidade Armazenadora: Endereço: Rua Nelson da Silva, 663 - PARTE, Cep: 23.565-906, Santa Cruz, Rio de Janeiro - RJ. NIRE: 33901982480 - CNPJ: 28.944.734/0004-90. A empresa acima qualificada estabelece - nos termos da alínea a, do art. 1º do Decreto Federal nº 1.102/1903 e inciso II do §1º do art. 1º da Instrução Normativa DREI nº 52/2022 - o seu Regulamento Interno que irá reger as atividades do Armazém Geral, conforme cláusulas a seguir. Art. 1º. O Armazém Geral destina-se à guarda, conservação, movimentação e armazenamento de mercadorias, matérias-primas, insumos, produtos intermediários, produtos acabados e demais materiais relacionados às atividades industriais da empresa, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis. Art. 2º. Poderão ser recebidas para armazenamento mercadorias nacionais ou importadas, acondicionadas de forma compatível com suas características físicas e químicas, desde que atendam às condições de segurança, armazenamento e preservação exigidas pela legislação vigente e pelos procedimentos internos da empresa. Art. 3º. O Armazém Geral executará serviços de recebimento, conferência, movimentação, armazenagem, controle de estoque, preservação, expedição e carregamento de mercadorias, adotando as medidas necessárias para garantir a integridade dos produtos armazenados, a segurança das operações e o cumprimento das normas aplicáveis. Art. 4º. O Armazém Geral funcionará 24 horas por 7 dias na semana. Rio de Janeiro, 13 de julho de 2026. Luiz Eduardo Valente Moreira - Representante da Empresa.

ANEXO VII - TARIFA REMUNERATÓRIA

Dados da Empresa (Matriz): Nome: Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. Endereço da Sede: Rua Nelson da Silva, 663, Cep: 23.565-160, Santa Cruz, Rio de Janeiro - RJ. NIRE: 33300016678 - CNPJ: 28.944.734/0001-48. Dados da Unidade Armazenadora: Endereço: Rua Nelson da Silva, 663 - PARTE, Cep: 23.565-906, Santa Cruz, Rio de Janeiro - RJ. NIRE: 33901982480 - CNPJ: 28.944.734/0004-90. A empresa acima qualificada estabelece - nos termos da alínea b, do art. 1º do Decreto Federal nº 1.102/1903 e inciso IV do §1º do art. 1º da Instrução Normativa DREI nº 52/2022 - os valores constantes da tabela abaixo que serão vigentes para as atividades do Armazém Geral. SERVIÇOS: TIPO DE SERVIÇO: ARMAZENAGEM. UNIDADE DE COBRANÇA: MENSAL. VALOR (R\$): 48.500,39. Rio de Janeiro, 13 de julho de 2026. Luiz Eduardo Valente Moreira - Representante da Empresa.

ANEXO VIII - DECLARAÇÕES

Dados da Empresa (Matriz): Nome: Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. Endereço da Sede: Rua Nelson da Silva, 663, Cep: 23.565-160, Santa Cruz, Rio de Janeiro - RJ. NIRE: 33300016678 - CNPJ: 28.944.734/0001-48. Dados da Unidade Armazenadora: Endereço: Rua Nelson da Silva, 663 - PARTE, Cep: 23.565-906, Santa Cruz, Rio de Janeiro - RJ. c) Capacidade: 1.000 big bags com 1ton cada. d) Comodidade: Instalações cobertas, piso industrial, iluminação adequada, ventilação natural, controle de acesso e equipamentos de movimentação de materiais. e) Segurança: Controle de acesso de pessoas e veículos, vigilância patrimonial, sistema de combate a incêndio e atendimento às normas de segurança vigentes. f) Descrição minuciosa dos equipamentos do armazém de conformidade com o tipo de armazenamento: O armazém dispõe de empilhadeira a combustão, silo com capacidade para recebimento de aproximadamente 200 ton de catalisador, sistema para envase do produto em big bags de 1ton, sistema de transferência do produto armazenado em big bags para carretas silo. g) Natureza e discriminação das mercadorias a serem recebidas em depósito: Matérias-primas sólidas, catalisadores, insumos industriais, produtos intermediários, embalagens industriais, produtos acabados e demais materiais relacionados às atividades industriais da empresa. h) Operações e os serviços a que se propõe: Recebimento de materiais e conferência, armazenagem, movimentação interna, controle físico e sistêmico dos estoques, preservação dos produtos, separação de itens, expedição e carregamento de mercadorias. As informações estão de acordo com a Tarifa Remuneratória e o Regulamento Interno. Rio de Janeiro, 13 de julho de 2026. Luiz Eduardo Valente Moreira - Representante da Empresa. Registrado na Junta Comercial do Rio de Janeiro sob o Nº SEI220005/002767/2026.

Ambipar Environment Water Solutions Açú S.A.
CNPJ/MF nº 17.671.018/0001-18 - NIRE 33.300.318.682

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA") e da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, conforme alterada ("IN DREI 81"), os abaixo assinados, na qualidade de membros do Conselho de Administração da Ambipar Environment Water Solutions Açú S.A. ("Companhia"), com fundamento no art. 19 do Estatuto Social e na Cláusula 5.2 do Acordo de Acionistas celebrado em 16 de agosto de 2024, conforme aditado, arquivado na sede da Companhia ("Acordo de Acionistas"), em atendimento à solicitação de convocação formulada pela acionista Porto do Açú Operações S.A., titular de 49% (quarenta e nove por cento) do capital social, recebida em 09 de setembro de 2026, e em cumprimento ao dever previsto no art. 158, § 4º, da LSA, convocam os acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), em modalidade semipresencial, a realizar-se: (a) em 1ª (primeira) convocação, no dia 29 de setembro de 2026, às 08 horas, na sede social da Companhia, na Fazenda Saco Dantas, s/n, Distrito Industrial, São João da Barra/RJ, hipótese em que a AGE somente se instalará com a presença da totalidade dos acionistas, nos termos do art. 19, § 3º, do Estatuto Social e da Cláusula 5.2.3 do Acordo de Acionistas; e (b) não verificado esse quórum, em 2ª (segunda) convocação, no dia 05 de outubro de 2026, às 16 horas e 30 minutos, no mesmo local, hipótese em que a AGE se instalará com qualquer quórum, nos termos dos mesmos dispositivos, para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte Ordem do Dia: i. constatação e registro da mora, de pleno direito, da acionista Ambiental ESG Participações S.A. ("Ambipar") quanto à integralização do valor de R\$ 6.066.667,00 (seis milhões, sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e sete reais), acrescido da correção monetária pela variação positiva do IPCA, nos termos do respectivo boletim de subscrição, correspondente à 2ª (segunda) parcela do preço de emissão das 8.544.601 (oito milhões, quinhentas e quarenta e quatro mil, seiscentas e uma) ações ordinárias por ela subscritas em 16 de agosto de 2024, vencida em 16 de agosto de 2025 e não paga até a presente data, nos termos do art. 106, § 2º, da LSA; ii. suspensão, nos termos do art. 120 da LSA, do exercício dos direitos da Ambipar inerentes às 8.544.601 (oito milhões, quinhentas e quarenta e quatro mil, seiscentas e uma) ações ordinárias de emissão da Companhia, as quais foram subscritas e não totalmente integralizadas pela Ambipar, enquanto perdurar a mora referida no item "(i)" acima, não se computando tais ações para fins de apuração dos quóruns de instalação e de deliberação; e iii. autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações acima. Participação Remota: Nos termos do art. 19, § 2º, do Estatuto Social e da Cláusula 5.2.2 do Acordo de Acionistas, qualquer acionista poderá participar da AGE remotamente, por videoconferência ou equipamento similar de comunicação, equiparando-se à participação à presença física. O acesso dar-se-á pelo endereço eletrônico e senha a serem encaminhados aos endereços indicados na Cláusula 15.6 do Acordo de Acionistas, independentemente de solicitação prévia. A assinatura da ata, do livro de presença e de eventual boletim de voto poderá ser física ou eletrônica, desde que, neste último caso, certificada por entidade credenciada da ICP-Brasil ou realizada por meio de e-CPF, na forma do art. 19, § 2º, do Estatuto Social. Representação: Nos termos do art. 126 da LSA, para participar da AGE, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar (i) cópia do documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral "RG", Carteira Nacional de Habilitação "CNH", passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) os atos societários que comprovem a representação legal; e (iii) se for o caso, instrumento de mandato outorgado há menos de 1 (um) ano a procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. Com relação à participação por meio de procurador, em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos. Solicita-se, para agilizar os trabalhos, que a documentação seja encaminhada com 2 (dois) dias úteis de antecedência à Companhia, aos cuidados da Sra. Roberta Ferreira, e-mail roberta.ferreira@portodoacu.com.br, sem que isso constitua condição de participação, admitida a sua apresentação na abertura dos trabalhos. Documentação de Suporte: Nos termos do art. 19 do Estatuto Social e da Cláusula 5.2 do Acordo de Acionistas, acompanham este edital, encaminhado aos acionistas na forma da Cláusula 15.6 do Acordo de Acionistas, cópias: (i) da ata da Assembleia Geral Extraordinária de 16 de agosto de 2024, que aprovou o aumento de capital da Companhia; (ii) do boletim de subscrição de 16 de agosto de 2024, firmado pelos representantes legais da Ambipar; (iii) da ata da Reunião do Conselho de Administração de 5 de dezembro de 2025; e (iv) da solicitação de convocação formulada pela acionista Porto do Açú Operações S.A., documentos que permanecem à disposição dos acionistas na sede da Companhia. São João da Barra/RJ, 18 de setembro de 2026. Vinícius Patel Ventura da Silva - Membro do Conselho de Administração; João Paulo Araujo Braz - Membro do Conselho de Administração (19, 22 e 23/09/2026)

Barreiras fiscais

Ao lado de Lula, Couto diz que RJ atingirá superávit de R\$ 5 bi

GABRIELA DA CUNHA
E GABRIEL HIRABAHASI/AE

O governador do Rio de Janeiro em exercício, desembargador Ricardo Couto, destacou nesta sexta-feira, que o Estado tem reforçado a segurança em corredores logísticos para coibir o roubo de cargas, um dos principais gargalos da gestão pública fluminense. Em paralelo, defendeu que o endurecimento das barreiras fiscais tem sido fundamental para a recuperação das finanças, o que

permitirá ao estado atingir superávit em 2026. "Graças ao apoio que estamos tendo, o estado já está superavitário. Saímos do vermelho. Vamos entregar o Estado do Rio de Janeiro com cerca de R\$ 5 bilhões em caixa", disse ele, na presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). As autoridades participaram de cerimônia sobre as Ações Integradas para o Enfrentamento ao Crime Organizado, baseadas na proposta de atuação coordenada e complementar da União,

do Estado e do Município. O Estado aderiu, em junho, ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) e, com isso, saiu do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), no qual estava desde 2022. Com isso, Couto tem defendido que o Rio de Janeiro terá margem para fazer mais investimentos em segurança. "Intensificamos o combate ao crime organizado, alcançando números expressivos na apreensão de entorpecentes, mercadorias ilegais e produtos

adulterados. Esses resultados confirmam que as forças de segurança nacionais possuem a autonomia e a capacidade necessárias para cumprir suas funções", disse. Lula, por sua vez, elogiou a atuação do desembargador na condução do Palácio Guanabara. "O governador do Rio é um exemplo e está passando a certeza de que é possível consertar o que está errado. O Rio de Janeiro foi tomado pela bandagem e por uma classe política que nem sempre merece o respeito da sociedade."

Ex-deputada

STJ mantém condenação de Flordelis a 50 anos de prisão

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve, por unanimidade, a condenação da ex-deputada Flordelis a 50 anos de prisão pela morte do pastor Anderson do Carmo de Souza, em 2019, quando ele era seu marido. A Corte concordou com decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que, em 2022, já havia mantido a condenação da ex-deputada a 50 anos de prisão. Em 2022, Flordelis dos Santos de Souza foi condenada pelo

Tribunal do Júri pelos crimes de homicídio triplamente qualificado consumado, homicídio duplamente qualificado tentativa, associação criminosa armada e uso de documento falso. A ex-deputada foi considerada culpada por planejar o assassinato, ocorrido na casa da família em Niterói (RJ). A motivação, segundo a acusação do Ministério Público, foi o controle das finanças da família e a forma rígida como o pastor administrava

os conflitos entre os integrantes. SEGUNDA INSTÂNCIA A defesa de Flordelis recorreu ao STJ, após a 2ª Câmara Criminal TJRJ negar, por unanimidade, recursos de apelação. À segunda instância, os advogados alegaram diversas nulidades processuais, entre as quais a não apresentação de alegações finais na fase de pronúncia e a falta de fundamentação das qualificadoras do crime.

A relatora do caso, desembargadora convocada Nilsoni de Freitas, contudo, entendeu não ter ficado demonstrado o prejuízo concreto para a defesa da ex-deputada. A Sexta Turma manteve também a decisão que anulou a absolvição de Rayane dos Santos, Marzy Teixeira e André Luiz de Oliveira – a neta biológica e os dois filhos adotivos da ex-deputada que são acusados de participar do crime.

Segurança pública

Estado do RJ vai criar 5 mil vagas no sistema penitenciário em três anos

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

Acordo entre as áreas de Justiça e segurança pública do Rio pretende criar, em três anos, 5.180 vagas no sistema penitenciário do estado do Rio. Com o pacto, que tem vigência de 11 anos, o estado ficará encarregado de executar um plano estruturado para criação de, no mínimo, 5.180 novas vagas no sistema prisional ao longo de três anos, de 2026 a 2028. Serão 2.180 vagas em 2026, com acréscimo de módulos em unidades já existentes, 1.500 vagas em 2027 e 1.500 vagas em 2028. O financiamento contará com R\$ 33 milhões do Fundo do Tribunal de Justiça, R\$ 79 milhões do Fundo do Ministério da Justiça (via Senappen) e aportes do estado do Rio de Janeiro, que somam R\$ 70 milhões no primeiro ano e R\$ 260 milhões nos dois anos subsequentes. O documento prevê a elabo-

ração de estudos até dezembro de 2027 e de plano de longo prazo no período de 2029 a 2036, além de mecanismos rígidos de transparência e monitoramento. "Não há como se discutir segurança pública sem tratar da funcionalidade do sistema penitenciário. A superlotação é causa da degradação do ambiente prisional, favorece atividades e facções criminosas, viola direitos fundamentais e compromete a segurança pública", disse o promotor de Justiça Murilo Bustamante. De acordo com o promotor, a eliminação do déficit de vagas é "providência essencial" para a adequada e efetiva promoção da responsabilidade penal. Para o governador em exercício, Ricardo Couto, a assinatura representa dever constitucional de apresentar os estabelecimentos prisionais de maneira adequada para o cumprimento da execução penal. "Todos os polos da sociedade, depois de um de-

bate pleno, participaram para chegarmos a esse plano", disse. De acordo com a Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), órgão do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o estado do Rio de Janeiro tem cerca de 46,3 mil pessoas presas em celas físicas. O número total pode variar conforme a inclusão de pessoas em prisão domiciliar com ou sem monitoramento eletrônico. O sistema enfrenta superlotação histórica com um grande déficit de vagas em relação ao total de custodiados.

Custos

Um estudo publicado nesta semana aponta que o gasto com polícias nos estados brasileiros corresponde a mais de 5 mil vezes o valor destinado a políticas para pessoas egressas do sistema prisional. Para cada R\$ 5.423 gastos com as polícias em 2025, R\$ 1.169 foram destinados ao siste-

ma prisional e apenas R\$ 1 a políticas exclusivas para egressos. O estudo analisou como os governos estaduais, de 26 unidades federativas, distribuem os recursos destinados às polícias, ao sistema prisional e às políticas voltadas para egressos. O Acre não forneceu dados para o estudo. Os dados são da pesquisa "O Funil de Investimentos da Segurança Pública nos Estados Brasileiros", realizada pelo centro de pesquisa Justa e apresentada no 20º Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O resultado demonstra a concentração dos recursos na porta de entrada do sistema de justiça criminal e uma distribuição de recursos estruturada como um funil de investimentos. Segundo os coordenadores da pesquisa, a priorização orçamentária das polícias não necessariamente resulta em mais segurança para a população.

Universidade

Justiça aumenta indenização para estudantes vítimas de racismo na Uerj

CRISTIANE RIBEIRO/ABRASIL

A Justiça do Rio de Janeiro aumentou para R\$ 35 mil o valor que a Uerj, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, terá que pagar de indenização individual a três estudantes, por danos morais decorrentes de discriminação racial. De acordo com elas, o crime foi praticado por fiscais em um processo seletivo para o programa de Serviço Social da Residência em Saúde da instituição de ensino. O caso aconteceu há dois anos. Na época a Justiça havia fixado o

valor de indenização em R\$ 20 mil para cada uma, mas elas recorreram e a nova sentença foi proferida agora pela Sétima Câmara de Direito Público. Na decisão, o desembargador e relator Luiz Alberto Carvalho Alves considerou o caso como discriminação indireta e racismo institucional, caracterizando tratamento desigual e vexatório. As candidatas, que se autodeclararam negras, foram obrigadas por fiscais da prova a prender os cabelos para ingressar na sala, exigência não prevista no edital e não imposta aos demais participantes do processo seletivo.

A socióloga Lara Miranda, pesquisadora do Núcleo Afro do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), atribuiu o episódio ao fracasso das instituições em não oferecer um serviço adequado às pessoas por causa da cor. Segundo ela, o cabelo é um detalhe, pois o mais gritante é um corpo negro sendo policiado com critérios estéticos. Reconhecer o fato, segundo ela, não é o mesmo que reparar a gravidade dele. "A identificação e a indenização também precisa comunicar pra instituição e para outras instituições que esse tipo de prática tem custo. Então, nesse caso, o racismo

institucional na produção do dano, uma exigência que não tava escrita, que foi aplicada seletivamente dentro da rotina de um processo seletivo, e o racismo nas práticas cotidianas do dia a dia. E a importância do antirracismo nas burocracias e nas instituições". Na época, a Uerj reconheceu o erro dos fiscais, que foram afastados. A prova foi anulada e aplicada dois meses depois. Em nota enviada nesta sexta-feira, a universidade reiterou que prestou acolhimento às vítimas e adotou outras práticas condizentes com a sua história de combate a todo tipo de preconceito.

Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

O mistério da absoluta e soberana gratuidade de Deus!

A pedagogia litúrgica da Santa Mãe Igreja nos introduz, neste XXV Domingo do Tempo Comum, em uma das mais provocativas e escandalosas páginas do Evangelho de São Mateus: a parábola dos trabalhadores da vinha (Mt 20, 1-16). Se no domingo anterior fomos confrontados com o abismo ontológico da nossa dívida e com a exigência visceral do perdão sem limites (o 70 x 7), a perícipe de hoje eleva o mistério da salvação a um novo e vertiginoso patamar: o mistério da absoluta e soberana gratuidade de Deus.

A transição da dinâmica da dívida quitada para a dinâmica da graça superabundante nos revela que o Reino dos Céus não se rege pelas tábuas da meritocracia humana, mas pelo amor de um Pai cuja justiça consiste na sua infinita generosidade. O texto evangélico situa o Senhor da vinha saindo ao mercado em cinco horários distintos ao longo do dia — à primeira hora (cerca das 6h da manhã), à terceira, à sexta, à nona e, por fim, à undécima hora (cerca das 17h, a escassos momentos do pôr do sol), que correspondem aos momentos de oração da liturgia das horas.

Na Palestina do Século I, o mercado central da cidade não era apenas um espaço de comércio, mas o lugar onde os jornaleros — a classe socioeconômica mais vulnerável e desprotegida, destituída de terra e de contratos fixos — aguardavam ansiosamente que alguém os contratasse para garantir o pão diário de suas famílias. O drama existencial daqueles que permanecem na praça até a undécima hora é sintetizado na resposta desoladora que dão ao proprietário: "Ninguém nos contratou." Trata-se da voz dos descartados, daqueles que a sociedade julga inúteis, incapazes ou tardios.

A ruptura teológica da parábola ocorre no momento do pagamento, ao cair da tarde. Contra todas as expectativas da justiça comutativa, o proprietário ordena ao seu administrador que pague o salário começando pelos últimos até os primeiros, concedendo a todos — independentemente do tempo trabalhado — o mesmo denário diário. A exegese bíblica nos recorda que o denário era a quantia mínima vital para a subsistência de uma família por um dia.

Ao conceder aos trabalhadores da undécima hora um denário inteiro, o Senhor da vinha não está cometendo uma injustiça trabalhista contra os primeiros, mas exercendo uma justiça distributiva de caráter salvífico: Ele assegura que mesmo os mais débeis e tardios tenham o necessário para viver. Deus não paga pelas horas trabalhadas, mas pela necessidade da criatura resgatada.

A tragédia espiritual brota do coração dos trabalhadores da primeira hora, que, tomada a paga, começam a murmurar contra o proprietário: "Estes últimos trabalharam apenas uma hora e tu os igualaste a nós, que suportamos o peso do dia e o calor escaldante." A murmuração é a linguagem dos que olham para a salvação através das lentes do contrato e do direito adquirido. Revela a tentação permanente de transformar a relação com Deus em um balcão de trocas comerciais, onde o tempo de serviço ou a fidelidade aparente confeririam o privilégio de julgar e diminuir os irmãos.

É diante dessa murmuração mercantil que o Senhor da vinha pronuncia uma das sentenças mais profundas de todo o Novo Testamento: "Amigo, não te estou sendo injusto. Não combinaste comigo um denário? [...] Ou será que os teus olhos são maus porque eu sou bom?" No texto grego original, a expressão "olho mau" — ophthalmos poneros (ὀφθαλμὸς πονηρός) — é uma fórmula idiomática semântica direta para designar a inveja, o ciúme espiritual e a incapacidade de se alegrar com o bem do outro.

O ciúme espiritual é a enfermidade daqueles que preferem ver o irmão desprovido do amor de Deus a vê-lo agraciado com a mesma misericórdia que eles próprios receberam sem merecer. Contudo, a pedagogia de Cristo não nos paralisa no diagnóstico do nosso olhar doente; Ela nos convida a contemplar o seu antídoto evangélico: o "olho bom" (ophthalmos haplous / ὀφθαλμὸς ἁπλοῦς).

No Sermão da Montanha, o Senhor ensina que "a lâmpada do corpo é o olho; se o teu olho for bom, todo o teu corpo será luminoso" (Mt 6, 22). O olho bom é o olhar sem dobras, desprovido de cálculos mercantis e impregnado de profunda singeleza. É a visão transfigurada de quem não enxerga a graça concedida ao próximo como uma perda pessoal, mas como motivo de festa e celebração.

Ter um olho bom é ainda comungar da mesma atitude de João Batista que, ao ver a multidão acorrer a Jesus, não murmura por ter chegado antes ao deserto, mas exulta de alegria ao exclamar: "É preciso que Ele cresça e que eu diminua" (Jo 3, 30). É revestir-se do espírito da Igreja nascente, que partilhava o pão com "alegria e singeleza de coração" (At 2, 46).

Assim, a conversão pastoral a que somos chamados neste XXV Domingo exige a cura dos nossos olhos: transitar do olhar mau que julga e mede, do espírito da inveja, para o olhar bom que acolhe e se alegra, contemplando na salvação do irmão o triunfo da própria bondade de Deus, passando assim ao espírito do altruísmo e da mais perfeita Caridade.

E a fim de enriquecer a compreensão da mensagem evangélica deste XXV Domingo, baseada no pano de fundo teológico do escândalo da graça, a Primeira Leitura do Profeta Isaías (Is 55, 6-9) oferece a chave hermenêutica fundamental: "Os meus pensamentos não são os vossos pensamentos, nem os vossos caminhos são os meus caminhos — oráculo do Senhor. Quanto os céus estão acima da terra, tanto os meus caminhos estão acima dos vossos caminhos e os meus pensamentos acima dos vossos pensamentos." A distância entre a lógica humana do mérito e a lógica divina da graça é abissal. A justiça de Deus não consiste em dar a cada um segundo os seus cálculos morais, mas em dar a si mesmo a todos sem reserva, porque Ele é amor puro e irresistível. Na Segunda Leitura, extraída da Carta aos Filipenses (Fl 1, 20c-24.27a), São Paulo personifica a existência de quem compreendeu perfeitamente a dinâmica da vinha divina: "Para mim, de fato, o viver é Cristo e o morrer é lucro." Para o Apóstolo dos Gentios, o trabalho na vinha do Senhor não é um fardo pesado suportado sob coerção ou para a acumulação de créditos celestes, mas o próprio privilégio de comungar da vida de Cristo. Quem trabalha na vinha por amor não conta as horas nem inveja os que chegaram mais tarde; antes, jubila porque a vinha do Pai está cheia de operários resgatados do vácuo da insignificância.

JOGATINA

Lula: se depender de minha vontade, vou acabar com as bets

GABRIEL DE SOUSA, DANIEL TOZZI E GEOVANI BUCCI/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou nesta sexta-feira, que as bets não terão funcionamento permitido no Brasil se depender da vontade dele. "Essa jogatina de internet não é jogo de aposta, é um vício. É uma doença chamada ludopatia (...) Se depender da minha vontade pessoal, eu vou acabar com as bets nesse

País", disse Lula. O presidente declarou ainda que a decisão de acabar com as apostas virtuais não vai levar em conta a tributação, e sim a saúde da população. Lula chamou de "balela" o argumento de que o fim das bets acarretará a decadência do futebol brasileiro. "O governo não está preocupado em perder imposto. O que a gente não pode perder é a vida dos pobres jogando", declarou..

Comício

Tebet acena a mulheres, ataca Derrite e associa Flávio ao caso Master

DANIEL TOZZI, GEOVANI BUCCI E GABRIEL DE SOUSA/AE

A candidata ao Senado por São Paulo Simone Tebet (Rede) discursou nesta sexta-feira, em comício ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em Guarulhos. Durante sua fala, ela fez diversas menções à importância do voto feminino, associou o senador e presidenciável Flavio Bolsonaro (PL) ao ex-controlador do Banco Master, Daniel Vorcaro, e criticou seu rival na disputa pelo Senado Paulista Guilherme Derrite (PP). "A turma do lado de lá quer bancar de bom moço, mas está até o pescoço envolvida com o maior esquema de corrupção da história do Brasil, que é o Banco Master", disse ela, pontuando que o senador Flávio

Bolsonaro conversava com Vorcaro para garantir financiamento ao filme Dark Horse. "É o Flávio Bolsonaro que tem que se explicar", pontuou. Sobre a disputa ao Senado Paulista, Tebet mencionou o nome de Derrite, dizendo que, quando ele era secretário de Segurança Pública, não conseguiu disponibilizar delegacias de mulheres em funcionamento por 24 horas. "Ele Derrite foi expulso da Rota, como mau policial que é. Está envolvido, sim, em denúncias gravíssimas. Ele nomeou um comandante da Polícia Militar hoje suspeito de envolvimento com crime organizado", disse. Ao final, Tebet também disse que são as mulheres que podem garantir a reeleição do presidente Lula.

Plano de governo

Lula propõe criar Ministério da Segurança e alta real do mínimo

MARCELO BRANDÃO/ABRASIL

Na busca pela reeleição, o candidato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, baseia parte de seu plano de governo nos feitos da gestão atual. Muitas propostas visam dar continuidade a políticas adotadas nos últimos quatro anos ou aprofundá-las, com mais investimentos ou alcance. Entre as propostas do plano de governo de Lula, considerando diferentes áreas de gestão, estão o aumento do salário mínimo sempre acima da inflação, investimento em defesa nacional, criação de um ministério para a segurança pública e a ampliação do programa Farmácia Popular com inclusão de exames laboratoriais gratuitos.

SAÚDE

Em seu programa de governo para uma eventual reeleição, a campanha de Lula fala em criar “a maior rede pública de cuidado ao câncer do mundo”. Para isso, prevê investimentos em diagnóstico e tratamento ao câncer com técnicas e equipamentos modernos, bem como atualização de novos medicamentos quimioterápicos e imunoterápicos. No âmbito do programa Farmácia Popular, existente desde 2004 e que disponibiliza medicamentos da Atenção Primária à Saúde para 12 indicações diferentes, a proposta é incluir exames laboratoriais, de diagnóstico e de monitoramento de condições crônicas de saúde. A meta é incluir doenças como hipertensão arterial e diabetes no rol de exa-

mes ofertados pelo programa. Segurança pública Uma das principais propostas de Lula para caso seja reeleito é a criação do Ministério da Segurança Pública. Uma vez criada, a pasta coordenaria, em articulação com estados e municípios, a execução das políticas nacionais de segurança pública. Além disso, fortaleceria a integração entre União, estados e municípios no enfrentamento ao crime organizado, por exemplo. A proposta para o setor visa o fortalecimento do Programa Brasil contra o Crime Organizado, lançado em maio deste ano. No âmbito do programa, Lula pretende avançar no enfrentamento ao tráfico de armas, munições, acessórios e explosivos; asfixiar financeiramente o crime organizado e as milícias, fortalecer a segurança nos presídios, entre outras providências.

EDUCAÇÃO

No campo da educação, Lula promete investir mais em institutos federais de educação técnica e tecnológica. “No novo mandato, continuaremos a expansão da nossa rede de institutos federais, priorizando a interiorização, os vazios educacionais, as periferias urbanas e os municípios com baixa oferta de cursos técnicos”, afirma o programa de governo de Lula. O documento fala também em expandir a cobertura das creches, investir em ensino integral e criar mais oportunidades ao ensino técnico e superior.

Rio

Lula rebate Trump ao falar sobre retomada de territórios

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, rebateu nesta sexta-feira o presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump, que classificou organizações criminosas brasileiras como terroristas e disse que o Brasil não consegue enfrentar as facções. A declaração de Lula ocorreu durante evento oficial no Rio de Janeiro, que reuniu a cúpula da segurança pública nas esferas federal, estadual e municipal. O presidente defendeu retomar territórios ocupados por traficantes no Rio. “Nós precisamos ganhar do crime organizado. Eu não aceito a ideia de que as facções são terroristas, como diz o Trump”, afirmou. Segundo Lula, “quando Trump fala em terrorismo, ele fala em terrorismo de Estado, briga pelo poder”. “Quem era isso? Era o (ex-presidente Jair Bolsonaro tentando dar o golpe de 8 de Janeiro. Isso é terrorismo. Pensando em matar Lula, (o vice-presidente Geraldo) Alckmin e até o (ministro do Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes. Esse era o plano. Isso é terrorismo de Estado”, discursou. O ex-presidente Jair Bolsonaro foi condenado, em março

deste ano, a 27 anos três meses de prisão pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Ele foi considerado culpado de diversos crimes, entre eles a ciência de um plano para matar Lula e o vice-presidente, Geraldo Alckmin.

TERRAS RARAS

Lula criticou Trump novamente ao afirmar que o país precisa reforçar a vigilância na região da margem equatorial, no norte do país, e no pré-sal, litoral do Sudeste. Nas duas regiões, há exploração de petróleo. “Nós temos que tomar conta porque o Trump está aí. O Trump está aí atrás de minerais críticos, atrás de petróleo, atrás de terra rara”. No último dia 15, em documento anual enviado ao Congresso norte-americano, Trump criticou o governo brasileiro por, na visão dele, ter falhado no enfrentamento às facções criminosas Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV). Em maio, o governo dos EUA já havia designado o PCC e o CV como organizações terroristas estrangeiras.

CONVÊNIOS

Durante a cerimônia no Rio, foram demonstrados convênios assinados entre os governos federal, estadual e municipal, direcionados a três frentes:

- Proteção integrada dos corredores logísticos, em parceria entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e o governo do estado: combate à mobilidade de criminosos e roubo de cargas, entre outros crimes. As ações acontecem nas divisas entre estados do Sudeste e importantes vias arteriais do Rio, como a Avenida Brasil, Linha Vermelha, Linha Amarela e os acessos ao Porto e ao Aeroporto Internacional.
- Política Estadual de Reocupação Territorial, firmada entre o ministério e o governo do estado: a finalidade é reduzir o controle territorial, armado e econômico das organizações criminosas e fortalecer a presença estatal. Inclui atuação sobre mercados explorados pelo crime.
- Capacitação da Força Municipal: em parceria com a prefeitura, entes federais, como a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF), colaboram na formação de turmas de elite da Guarda Municipal do Rio, denominada de Força Municipal, composta por agentes armados.
- Os convênios com o estado foram assinados no início de setembro e têm vigência de 60 meses. A parceria com a prefeitura foi firmada em agosto de 2025 e vale por três anos.
- O presidente Lula defendeu que o Rio é uma espécie de la-

boratório para as ações integradas de segurança nas três esferas. “Se der certo no Rio, vai dar certo em todo o território nacional”. **SEM TUTELA** O governador interino do Rio de Janeiro, desembargador Ricardo Couto, afirmou que as ações em conjunto com o governo federal resultam em maiores apreensões, como as de drogas, e defendeu a soberania do país no combate ao crime. “O Brasil tem condições, sim, de, por si, seguir em frente e realizar as atividades próprias da segurança. Não é o caso de sermos tutelados”. O prefeito carioca, Eduardo Cavaliere, explicou que uma das integrações realizadas pela prefeitura é o compartilhamento de informações de inteligência e monitoramento em vídeo de vias. O evento foi no Complexo da PRF, onde também funciona a sede da Força Municipal, no entroncamento da Avenida Brasil e Rodovia Presidente Dutra, porta de entrada para municípios da região metropolitana, como São João de Meriti e Duque de Caxias. “Uma realização como a de hoje dá um sinal muito claro para a população de integração entre as forças, com impacto em todas as cidades da região metropolitana”, disse Cavaliere.

INSS

Aposentado ou pensionista que votar não precisará fazer Prova de Vida

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que comparecerem para votar nas eleições de outubro não precisarão fazer a verificação da Prova de Vida neste ano. De acordo com o Ministério da Previdência Social, a verificação vai ocorrer de forma auto-

mática a partir do cruzamento das informações da Justiça Eleitoral com a base de dados do INSS. A Prova de Vida é um procedimento anual cujo objetivo é identificar se o titular do benefício previdenciário ou assistencial continua vivo para garantir a manutenção de pagamentos. O ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, disse

que a medida facilita a vida dos pensionistas. “A Prova de Vida pode se dar por meio do comparecimento eleitoral. Então, se você for votar no dia das eleições, você já terá a prova de vida realizada. O INSS recebe esses dados e já computa como prova de vida”, explicou. Segundo a pasta, o procedimento abrange atualmente cerca de 40 milhões de beneficiá-

rios ativos, entre aposentadorias, pensões e benefícios assistenciais. Além disso, desde 2019, como forma de reduzir filas e custos para processo de Prova de Vida, o comparecimento presencial deixou de ser regra, estabelecendo que o INSS busque, de forma proativa, dados que confirmem a condição de vida do cidadão.

INVESTIGAÇÃO

Gleisi acusa Deltan, Chiquini e Filipe Barros de violência política de gênero

MARIA MAGNABOSCO/AE

A candidata ao Senado pelo Paraná Gleisi Hoffmann (**foto**) (PT) acionou, na quinta-feira passada, o Ministério Público Eleitoral (MPE) contra Deltan Dallagnol (Novo), Filipe Barros (PL) e Jeffrey Chiquini (Novo) por violência política contra a mulher. A peça reúne quatro episódios, ocorridos entre março e setembro deste ano, com referências sexualizadas, ataques à aparência e imagens produzidas por inteligência artificial dirigidas à petista. Nas eleições de outubro, Deltan e Barros disputarão as duas vagas do Paraná para o Senado na chapa majoritária do PL. Chiquini tentará um mandato na Câmara dos Deputados. O primeiro episódio citado pela defesa de Gleisi ocorreu em 23 de março. Durante discurso na Câmara dos Deputados sobre os atos de 8 de janeiro, Gleisi mencionou parlamentares investigados, entre eles Filipe Barros. O deputado respondeu posteriormente em vídeo publicado no TikTok. Na gravação, Barros afirmou que Gleisi deveria "lavar a boca antes de falar" em seu nome e disse que a petista já havia sido

investigada por corrupção e teria recebido os apelidos de "amante" e "coxa" em registros ligados à Odebrecht. O segundo fato apresentado ocorreu em 22 de abril e envolve Deltan Dallagnol. Segundo a notícia-crime, o candidato publicou no Instagram um vídeo em que associa um suposto cinodino-me atribuído a Gleisi em uma planilha da Odebrecht à música "Amante Não Tem Lar", de Marília Mendonça. No vídeo reproduzido pela defesa, Deltan diz que "amante" e "narizinho" teriam sido apelidos de Gleisi e, ao acusá-la de mentir, afirma que o segundo deveria ser alterado para "narigão", em referência ao personagem Pinóquio. "É, a amante não tem lar por aqui", diz Deltan em outro trecho reproduzido no documento. O terceiro episódio ocorreu em 22 de agosto, já durante a campanha eleitoral. Filipe Barros publicou um vídeo em res-



posta à identidade visual adotada por Gleisi, que utiliza uma onça como símbolo da campanha ao Senado. "Quer dizer que a Gleisi tá dizendo que é uma onça? Ela tá mais para raposa no galinheiro", diz Barros no início da publicação reproduzida pela defesa. Ao longo do vídeo, o candidato compara Gleisi também a uma cobra, a um bicho-preguiça e a um escorpião. As falas são acompanhadas por imagens geradas por inteligência artificial que representam a petista como os animais mencionados. Barros também faz referência a Lula ao dizer que Gleisi "pede ajuda pro sapo barbudo" e, ao final, pede votos para sua candidatura ao Senado. O quarto episódio ocorreu em 9 de setembro, após o julgamento pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) do registro de candidatura de Deltan Dallagnol. Um story publicado no perfil

de Jeffrey Chiquini mostra Deltan, Chiquini, o candidato a deputado federal Guilherme Kilter e outros dois homens comemorando a decisão. Sobre a gravação aparece a frase "Deltan elegível. CHUPA, PT!". Segundo a notícia-crime, durante a comemoração, uma das pessoas presentes grita "Chupa, Gleisi!". Na sequência, Deltan olha para quem grava o vídeo e repete: "Chupa!". Para a defesa de Gleisi, as manifestações configuram violência política de gênero porque recorrem a referências sexualizadas, ataques à aparência e estereótipos associados às mulheres para humilhar e desqualificar a candidata. Os advogados sustentam que os conteúdos não se limitam à crítica política, mas utilizam a condição de mulher de Gleisi como instrumento para constrangê-la e prejudicar sua atuação política e eleitoral. A defesa de Gleisi pede a abertura de investigação pela Polícia Federal, a preservação das publicações e de dados das redes sociais, perícias em vídeos e, ao fim das diligências, o oferecimento de denúncia criminal caso o Ministério Público entenda configurados os crimes apontados.

STF

Primeira Turma mantém condenação de Eduardo

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou por unanimidade o recurso do ex-deputado Eduardo Bolsonaro contra a condenação a quatro anos e dois meses anos de prisão no processo do tarifaço.

O placar da votação foi de 4 votos a 0. Os votos foram profe-

ridos pelos ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin e Cármen Lúcia, além do relator, Alexandre de Moraes.

O julgamento virtual do caso começou na semana passada e foi finalizado nesta sexta-feira.

Em junho deste ano, Eduardo foi condenado pelo crime de coação no curso do processo.

Por unanimidade, o colegiado concordou com a acusação

apresentada pela Procuradoria Geral da República (PGR) e entendeu que há provas para concluir que o ex-deputado articulou o tarifaço dos Estados Unidos contra as exportações brasileiras para tentar evitar a condenação de seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro, no processo da trama golpista.

Além disso, outras medidas, como a revogação dos vistos de

ministros da Corte e do governo federal e a aplicação das sanções econômicas da Lei Magnitsky, também tiveram o mesmo objetivo, conforme o entendimento da Corte.

Desde o ano passado, Eduardo Bolsonaro está nos Estados Unidos e perdeu o mandato de parlamentar por faltar às sessões da Câmara dos Deputado.

CAMPANHA

Edinho: eleitor indeciso vai saber ver a diferença entre governos

GABRIEL DE SOUSA E GABRIEL HIRABAHASI/AE

O presidente do PT, Edinho Silva, disse nesta sexta-feira, à Globo News que o eleitor indeciso garantirá a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao comparar as gestões dele com a do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

"Quando nós aprofundarmos esse debate do Brasil que eles representam e o Brasil que o presidente Lula representa, eu não tenho nenhuma dúvida de que esse eleitor que está indeciso vai saber fazer a diferença e vai enxergar que a mudança que o Brasil precisa fazer está representada no presidente Lula", disse Edinho.

O presidente do PT também defendeu uma discussão sobre reforma política, declarando

que a sociedade está refém de um Congresso que atua como um "balcão de negócios". Edinho, porém, declarou que o governo trabalhou em harmonia com todos os partidos, exceto os da oposição.

"O governo do presidente Lula tinha representação de todos os partidos políticos, só não tinha representação dos partidos claramente de oposição. O restante das expressões partidárias do Brasil tinham composição no governo. O presidente Lula governou de forma muito ampla", afirmou.

Ao falar sobre Flávio Bolsonaro, Edinho disse que o grupo político dele tentou aplicar um golpe de Estado e arquitetou morte de rivais políticos, em referência às acusações que condenaram Jair Bolsonaro e aliados próximos em outubro

do ano passado no julgamento histórico do Supremo Tribunal Federal (STF). O presidente do PT também declarou que o opositor de Lula defende que famílias fiquem vulneráveis a armamentos.

"Como você pode falar em mudança, se ele efetivamente representa o velho da política? Como pode falar em segurança pública, quando você condecora miliciano e visita miliciano em presídio? Penso que, quem tem hoje condições de falar de mudança no Brasil é o presidente Lula", disse Edinho.

Outra crítica de Edinho a Flávio, através da gestão de Jair Bolsonaro, foi através dos números da pandemia de covid-19: "Quem abriu 700 mil covas não pode falar em cuidado da população", afirmou.

GASTO PÚBLICO

Na entrevista, Edinho Silva também disse que o governo do presidente Lula "pode ter cometido erros" e que é possível melhorar alguns pontos, como a gestão do gasto público. Mas afirmou que o projeto petista é muito distante do projeto de Flávio Bolsonaro.

"Podemos ter cometido erros no governo, podemos ter desafios para aprimorar o Brasil, tornar o Brasil mais eficiente, melhorar o gasto público, reconhecer que temos muito o que fazer para o Brasil melhorar, mas nosso projeto é muito diferente do deles. Uma coisa é falar de divergências, de aprimorar um projeto, o gasto público, um modelo de Estado. Outra coisa são lideranças que tentam um golpe e arquitetam assassinatos", afirmou.

FACHIN

Defesa de Daniel Vercaro pede revogação de prisão preventiva

FELIPE PONTES/ABRASIL

A defesa do ex-banqueiro Daniel Vercaro pediu ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, a revogação da prisão preventiva do dono do antigo banco Master, que é investigado por corrupção de agentes públicos e fraudes financeiras bilionárias.

No pedido, a defesa argumenta que as investigações do caso Master foram paralisadas devido ao pedido de vista do

ministro Flávio Dino na sessão plenária da última terça-feira, quando os ministros deveriam ter analisado a eventual abertura de investigação contra o também ministro Alexandre de Moraes.

Com a vista, os processos relativos à Operação Compliance Zero, que investiga Vercaro, ficaram paralisados no gabinete de Fachin, para onde foram enviados pelo relator André Mendonça em meio a uma crise institucional em torno do caso.

Os advogados de Vercaro sustentam que seu cliente não pode ficar preso indefinidamente, enquanto o Supremo vive um impasse em torno da própria relatoria do caso Master. Eles destacaram ainda que o ex-banqueiro está preso há mais de 90 dias sem que o Supremo analise um recurso pela soltura.

"Na sessão plenária de 15 de setembro de 2026, a própria definição da relatoria e da competência para a condução dos

procedimentos correlatos foi objeto de questão de ordem, cujo julgamento foi suspenso por pedido de vista", diz a petição da defesa.

Vercaro está preso desde novembro do ano passado. No momento, ele se encontra no 19º Batalhão de Polícia Militar do Distrito Federal, onde há um pavilhão voltado a presos especiais conhecido como Papudinha, devido a sua proximidade com o Complexo Penitenciário da Papuda.

SEGURANÇA

MPF vai à Justiça cobrar plano de redução da letalidade policial no RJ

TÂMARA FREIRE/ABRASIL

O Ministério Público Federal (MPF) solicitou à Justiça Federal a concretização do plano para reduzir as mortes por intervenção policial no estado do Rio de Janeiro. O plano é uma determinação da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) de 2017 e cabe ao governo e à União.

Na ação, que tramita na 26ª Vara Federal Cível, o MPF pede que os órgãos comprovem de forma detalhada quais são as metas e as políticas de redução da letalidade policial implementadas. Na avaliação do MPF, diante do número recorde de pessoas mortas em ações policiais recentes, como a Operação Contenção, em outubro de 2025, com 122 pessoas assassinadas, e da análise de documentos do governo do Rio, não é possível comprovar o cumprimento da sentença da CIDH.

A União também anexou na ação materiais sem comprovar a elaboração e a execução de planos e metas, segundo o Ministério Público.

"É necessário apresentar medidas concretas, com metas mensuráveis, prazos, responsáveis, indicadores e mecanismos de acompanhamento capazes de demonstrar resultados efetivos na redução da violência policial", disse o órgão, em nota.

O governo do Rio alega ter cumprido a sentença ao atender as medidas da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635, conhecida como a ADPF das Favelas. Em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF), a ADPF criou regras para operações policiais no estado, em 2020.

Antes, os índices de mortes em decorrência de intervenção policial tinham disparado, levando a sociedade civil a recorrer ao STF. Foi quando, ao ser eleito governador, ainda em 2018, o ex-juiz Wilson Witzel exaltou o uso letal da força afirmando: "A polícia vai mirar na cabecinha e... fogo". A declaração foi dada em entrevista à imprensa.

De acordo com o MPF, as medidas apresentadas pelo governo do Rio no contexto da ADPF não comprovam a implementação de uma política de redução da letalidade policial no estado com metas claras e concretas. Em abril de 2025, o STF também reconheceu limitações no plano entregue à Corte.

À Agência Brasil, o governo do Rio reiterou as mesmas me-

didias e informou que a Secretaria de Estado de Polícia Militar adota "um conjunto permanente de medidas" voltadas à redução da violência e ao aprimoramento da atuação policial. "São cursos, instruções e treinamentos e atualizações", mencionou, em nota.

O MPF sustenta que as medidas determinadas pela CIDH não podem ser consideradas cumpridas apenas pela publicação de atos normativos ou pela apresentação de documentos. "O cumprimento exige políticas públicas efetivas, capazes de produzir resultados e sujeitas a acompanhamento e reavaliação", frisa o órgão, em nota.

Segundo o Ministério Público, na ação, o governo do Rio se limitou a relatar cursos, treinamentos, compra de equipamento, além de monitoramento da letalidade por meio da produção de dados, sem comprovar a existência de uma política para este fim.

Sem o plano de redução da letalidade policial, o MPF argumenta ainda que cresce o número de assassinatos citando dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2026. A publicação revela que o número de mortes decorrentes de intervenção policial no Rio passou de 703 pessoas, em 2024, para 798, em 2025, um aumento de 13,5%. O estado registrou 4,6 mortes decorrentes de intervenção policial por 100 mil habitantes, acima da média nacional de 3,1.

O MPF também faz referência às 122 pessoas assassinadas na Operação Contenção, em outubro de 2025, nos Complexos da Penha e do Alemão, e considerada a mais letal da história, apesar das restrições da ADPF. "O episódio evidenciava a insuficiência das medidas adotadas até então para cumprir a determinação da CIDH", analisa.

O tribunal internacional determinou a criação do plano de redução da letalidade policial na sentença que avaliou a participação de forças de segurança do governo do Rio de Janeiro nas chacinas da Favela Nova Brasília, ocorrida em 1994, e no Complexo do Alemão, em 1995, ambas na capital fluminense. Na ocasião, 26 pessoas foram executadas, sendo que três mulheres, duas, ainda adolescentes, foram estupradas por agentes.

Além de responsabilizar o estado pelas chacinas, a Corte ordenou a reabertura de investigações e medidas de reparação às vítimas e familiares.

COMÍCIO

Lula: em jogo nessa eleição é escolha entre barbárie e democracia

GABRIEL DE SOUSA, DANIEL TOZZI E GEOVANI BUCCI/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou nesta sexta-feira, que a eleição presidencial do próximo mês será uma escolha entre "a barbárie e a democracia". A declaração foi feita durante um comício em Guarulhos (SP).

"O que está em jogo não é o Lula disputando com outros, ou outros disputando com Lula. O que está em jogo nesta eleição é se a gente vai escolher a barbárie ou a democracia", declarou o presidente.

Lula voltou a atacar o senador e candidato do PL à Presidência, Flávio Bolsonaro (PL), comparando-o com o filho do petista, o empresário Fábio Luís Lula da Silva, o "Lulinha". O presidente disse que o opositor tem um escritório junto a

Antônio Carlos Camilo Antunes, o "Careca do INSS", empresário e lobista que é peça central do escândalo dos descontos indevidos da Previdência. Segundo Lula, a revelação ocorre ao mesmo tempo em que dizem que o filho dele, que também é investigado, é sócio de Antunes.

Reportagem do portal ICL Notícias divulgada na semana passada aponta que a empresa de fabricação de capacetes Bravo Grafeno, que tem Flávio como dono, divide o mesmo endereço em Brasília que, pelo menos, 16 firmas do Careca do INSS.

Lula também voltou a dizer que quem criou o Banco Master foi o antecessor, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O petista adotou o bordão costumeiro de dizer que, na gestão dele, o banqueiro Daniel Vercaro foi preso.

GUILHERME JERONYMO/ABRASIL

Uma expedição científica partirá neste domingo, de Fortaleza (CE) para mapear e explorar a Zona de Fratura Romanche, uma formação submarina de aproximadamente 1 mil quilômetros de extensão, composta por uma sequência de montanhas e vales, localizada a meio caminho entre a Costa Nordeste do Brasil e Oeste do Continente Africano.

Batizada de The Gap, a iniciativa usará um rover e um submarino autônomo, pilotados a partir do navio de pesquisa Falkor (too). Com eles, irão mapear duas áreas distintas e coletar amostras de rochas e vida em suas paredes, em profundidades de até 4mil e 500 metros.

O grupo investiga a área com ocorrência de um fenômeno co-

nhecido como ressurgência equatorial, que é a elevação de águas mais frias, cheias de nutrientes, para a superfície marinha. Sazonal e provocada principalmente pelos ventos alísios, é comum nas regiões intertropicais e importante pois leva a um aumento nas populações de animais microscópicos, base da cadeia alimentar marinha.

"Nosso principal foco é identificar e mapear a relação da ressurgência com as comunidades profundas, além de estudar a dinâmica das correntes e a morfologia dos habitats de fundo, observando a influência dessa produção de alimentos na superfície sobre esse fundo", explica o professor José Angel Perez, da Universidade do Vale do Itajaí (Univali).

Para Perez, que lidera a expedição, é importante conhecer es-

tes mecanismos pois 70% da crosta do planeta está em regiões de oceano profundo, mas paradoxalmente é uma região da qual conhecemos menos de 1%. Ao levantar evidências científicas concretas desta riqueza e do impacto da ação humana, os cientistas pretendem subsidiar estudos futuros e mostrar a importância de áreas de preservação.

Outro ponto ao qual os cientistas estarão atentos são os impactos das mudanças climáticas nestas comunidades, pois os ventos na região têm apresentado alterações e isso influencia toda a cadeia. Somado ao processo de acidificação dos oceanos, ele ameaça importantes reservatórios de vida marinha, como os recifes de corais.

O primeiro passo do grupo, que deve chegar na área por vol-

ta de 25 de setembro, será mapear o Romanche com uma sonda acústica do navio, por cerca de dois dias. Com este mapa, chega a hora de descer até os paredões e para isso, os cientistas vão usar o SuBastian, um robô operado remotamente (ROV), capaz de mergulhar até 4,5 mil metros de profundidade.

O equipamento, considerado de alta performance, será responsável por coletar amostras submarinas e é pilotado por cabo a partir do navio de pesquisa. Sua operação será transmitida, ao vivo e com narração, pelo canal do Schmidt Ocean Institute, patrocinador da exposição que cedeu os equipamentos.

“É uma coisa nova pra mim também, mas acho muito muito gratificante a gente poder trabalhar e mostrar para todo mundo,

GASOLINA

Donald Trump repete que guerra do Irã acabará logo

THAIS PORSCH/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, reafirmou que a guerra com o Irã acabará logo e que os preços da gasolina vão baixar. As falas foram feitas durante um anúncio no Salão Oval sobre a extensão dos preços da "Nação Mais Favorecida" a todos os programas do Medicaid no país.

Perguntado sobre as falas primeiro-ministro polonês, Donald Tusk, de que a Rússia planeja lançar ataques contra países que apoiam a Ucrânia, Trump respondeu que a "Po-

lônia tem a situação sob controle" e enalteceu o trabalho do presidente polonês, Karol Nawrocki.

Sobre a visita do líder da China, Xi Jinping, a Washington na próxima semana, o republicano comentou que tem boas relações com ele e que haverá "vários acordos".

VEÍCULOS DE IMPRENSA

Trump também falou sobre sua publicação recente na Truth Social, em que afirmou que está proibindo os veículos de comunicação MSNOW, CNN e Politico de acessar a Casa Branca.

SEGURANÇA ENERGÉTICA

Zelenski recebe líderes de sete países em cúpula regional

O presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski, recebeu nesta sexta-feira, líderes e representantes de sete países da região para discutir o aprofundamento da cooperação, um dia após ataques da Rússia em várias áreas do país provocarem incêndios e deixarem mortos e feridos, segundo autoridades ucranianas.

A primeira reunião do grupo chamado "Oito dos Cárpatos" reúne Ucrânia, Romênia, Sérvia, Polônia, Eslováquia, República Tcheca, Áustria e Hungria, com participação também da União Europeia (UE).

O encontro ocorre num momento em que os esforços de mediação liderados pelos EUA para encerrar a invasão russa em larga escala estão travados, com a questão de concessões territoriais no leste ucraniano entre os principais impasses. A Ucrânia também busca garantias de segurança de parceiros para qualquer acordo.

A cúpula acontece em paralelo ao início de três dias de votação na Rússia para a primeira eleição parlamentar em tempo de guerra, praticamente sem oposição ao partido do presidente Vladimir Putin.

Zelenski afirmou no Telegram que a reunião é um "começo significativo" para fortalecer laços e criar um novo eixo de cooperação no nível da UE. Segundo ele, os participantes vão trabalhar em conjunto em temas como segurança, energia, logística, relações econômicas transfronteiriças e apoio a comunidades locais. Entre os presentes, Polônia e Romênia estão entre os apoiadores mais firmes de Kiev, enquanto Hungria, Sérvia e Eslováquia se recusam a fornecer ajuda militar direta à Ucrânia.

Ao comentar o pacote de financiamento fornecido pela UE, Volodimir Zelenski disse que a Ucrânia enfrentará um déficit orçamentário projetado de cerca de US\$ 27 bilhões em 2026.

O encontro ocorre em meio à preocupação crescente na Europa com ameaças híbridas atribuídas à Rússia, como sabotagem, ciberataques e desinformação. O premiê polonês Donald Tusk disse na véspera que Moscou estaria planejando ataques híbridos com drones ou foguetes contra paí-

ses europeus que apoiam a Ucrânia. Autoridades na Polônia, Alemanha e Dinamarca têm atribuído à Rússia episódios envolvendo incursões de drones, sabotagem, incêndios criminosos e vigilância de instalações de defesa.

Putin, contudo, voltou a negar intenções hostis contra a Europa, mas alertou que a Rússia responderá a ações que considere agressivas, como a apreensão de navios mercantes operados pelo país. Moscou é apontada como usuária de uma "frota sombra" para driblar sanções, e França e Reino Unido já detiveram petroleiros suspeitos. A Rússia começou a empregar navios de guerra para escoltar embarcações comerciais.

Ainda nesta sexta, o Ministério das Relações Exteriores da Rússia disse ter convocado o encarregado de negócios britânico para protestar contra o aumento do fornecimento de drones e outros armamentos à Ucrânia, afirmando que instalações militares britânicas em território ucraniano usadas para atacar a Rússia seriam "alvos legítimos". O Reino Unido respondeu que seguirá ajudando a Ucrânia a se defender e classificou a medida russa como tentativa de desviar atenção da invasão.

No front militar, o Serviço de Emergência da Ucrânia informou que dois civis morreram e dois ficaram feridos em ataques noturnos na região de Zhytomyr, a oeste de Kiev, que causaram incêndios em armazéns e prédios industriais. Na região de Kharkiv, uma pessoa morreu e seis ficaram feridas após um ataque atingir uma estação ferroviária e incendiar dois vagões de um trem elétrico suburbano.

Do lado russo, a estatal Rosatom disse que um drone ucraniano atingiu uma torre de resfriamento na usina nuclear de Kursk, sem risco de radiação e sem impacto na operação. O Ministério da Defesa da Rússia afirmou ter derrubado 629 drones ucranianos durante a noite, e o prefeito de Moscou disse que mais de 350 seguiam na direção da capital. A Rússia afirmou ainda ter atacado portos, embarcações e um centro logístico na Ucrânia, incluindo um navio cargueiro em Chornomorsk e uma instalação da Nova Poshta perto de Odesa.

PROIBIÇÃO

Ditadura Trump bane CNN e MSNOW da Casa Branca

DARLAN DE AZEVEDO/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou nesta sexta-feira, que está proibindo os veículos de comunicação MSNOW, CNN e Politico de acessar a Casa Branca, alegando que a cobertura deles sobre seu

governo é "desonesta" e "tendenciosa".

"Veículos de comunicação não deveriam poder escrever ou divulgar continuamente ficção e mentiras quando estão cobrindo o presidente dos Estados Unidos, o governo Trump ou os Estados Unidos da América", escreveu o presidente na

Truth Social.

Ele definiu os respectivos veículos como "fake news" e alegou que eles criam "notícias negativas de propósito para tentar diminuir a administração republicana.

Trump também prometeu que "outros veículos de Fake News virão em seguida", mas

sem detalhar quais.

O governo já havia avançado contra outros veículos de comunicação no mandato do presidente.

Em fevereiro de 2025, a Casa Branca proibiu jornalistas da Associated Press de acessar espaços como o Salão Oval e o Air Force One.

VENEZUELA

Democratas cobram explicações sobre acordo de petróleo de Trump

Líderes democratas em três comissões da Câmara dos Representantes dos EUA exigiram respostas do governo do presidente norte-americano, Donald Trump, sobre um acordo envolvendo petróleo venezuelano, afirmando que as ações do Executivo "ultrapassaram sua autoridade legal".

A cobrança foi formalizada

em uma carta enviada ao secretário de Estado, Marco Rubio, e ao procurador-geral, Todd Blanche.

O documento foi assinado pelo deputado Gregory W. Meeks (principal democrata na Comissão de Relações Exteriores), pelo deputado Robert Garcia (Comissão de Fiscalização) e pelo deputado Jared Huffman (Comissão de

Recursos Naturais).

Na carta, os parlamentares pedem informações sobre a decisão dos EUA de firmar parceria com a North American Blue Energy Partners (NABEP), empresa privada liderada pelo empresário venezuelano Alejandro Betancourt.

Os democratas dizem que a iniciativa levanta questionamentos sobre o

histórico do empresário e sobre a legalidade e os objetivos do acordo.

"Firmar parceria com Betancourt nesse acordo de petróleo nebuloso sugere que Trump e Rubio continuam mais focados em saquear a Venezuela por seus recursos naturais em benefício de amigos e doadores", afirmou Meeks, segundo o texto.

RÚSSIA

Torre de resfriamento da usina nuclear de Kursk foi atingida

LAÍS ADRIANA/AE

A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) informou ter sido notificada de que a torre de resfriamento de uma unidade de reator da Usina Nuclear de Kursk, na Rússia, foi atingida por um drone na madrugada da quinta-feira passada. Segundo publicação da agência no X, a unidade estava operando no momento do impacto.

De acordo com as informações repassadas à AIEA, o modo de operação do reator não foi alterado após o episódio e não houve registro de incêndio.

A agência não detalhou a extensão de eventuais danos na estrutura atingida, mas reiterou que acompanha de perto relatos envolvendo instalações nucleares em áreas sujeitas a ações militares.

O diretor-geral da AIEA, Ra-

fael Mariano Grossi, afirmou que ataques contra instalações nucleares são "inaceitáveis", pois podem comprometer a segurança nuclear e a proteção física, independentemente de onde ocorram.

Para Grossi, ocorrências desse tipo elevam riscos que vão além do impacto material imediato, ao criar incertezas sobre a integridade de sistemas e estruturas associadas à operação de usinas.

O chefe da agência também renovou o apelo por máxima contenção militar para reduzir a probabilidade de um acidente nuclear.

A AIEA tem defendido, em diferentes ocasiões, a necessidade de evitar ações que possam afetar instalações e infraestrutura ligadas ao setor nuclear, diante das consequências potenciais para trabalhadores, comunidades e o meio ambiente.

COREA DO SUL

Seul avalia operação no Golfo de Áden, mas descarta envolvimento em guerra

O presidente da Coreia do Sul, Lee Jae Myung, afirmou que seu governo estuda ampliar as operações de uma unidade naval destacada no Golfo de Áden, na região entre as costas do Iêmen e da Somália, para proteger embarcações sul-

coreanas e rotas de transporte de petróleo.

Ao mesmo tempo, Lee enfatizou que Seul não adotará medidas que possam arrastar o país para o conflito entre Estados Unidos e Irã, rebatendo pressões recentes do governo do

presidente Donald Trump. A Coreia do Sul mantém há anos a Unidade Cheonghae, empregada em missões de combate à pirataria.

"Não haverá envio de tropas que envolva ou intervenha na guerra", afirmou Lee.

O aumento da ameaça representada pelos houthis no Iêmen ao transporte marítimo tem alarmado governos e mercados, embora o grupo diga que mira apenas ativos vinculados à Arábia Saudita, maior exportadora de petróleo do mundo.

SEM MAIORIA

Indicado a premiê na Romênia tenta formar governo com três partidos

O primeiro-ministro indicado da Romênia, Siegfried Muresan, afirmou nesta sexta-feira, que tentará formar um governo com três partidos, mesmo sem ter maioria parlamentar, e disse que pretende apresentar um gabinete no início da próxima semana.

Muresan, de 44 anos, é eurodeputado e integrante do Partido Nacional Liberal (PNL), de centro-direita. Em entrevista coletiva, disse que começará "imediatamente" a trabalhar em um programa de governo que descreveu como "pró-europeu e voltado para o futuro".

O presidente romeno, Nicușor Dan, indicou Muresan na quinta-feira, após ele receber o

maior apoio entre os partidos durante consultas. Dan fez duas indicações em junho, depois que um voto de desconfiança derrubou o primeiro-ministro Ilie Bolojan em maio.

"Tenho plena consciência de que a Romênia precisa de um governo sério e crível, que continue as reformas, projetos e programas iniciados no último ano", disse Muresan no Palácio do Parlamento, em Bucareste. Ele afirmou que trabalhará com os três partidos para redigir o programa. Pela regra, terá 10 dias para submeter ao Parlamento a composição do gabinete.

O premiê indicado pretende negociar com o PNL, a União

Salvar a Romênia (USR) e o partido UDMR, que representa a minoria étnica húngara. O consultor político Cristian Andrei, de Bucareste, afirmou que um gabinete de Muresan teria "zero chances" de ser aprovado, a menos que deputados queiram evitar eleições antecipadas.

Na Romênia, o presidente pode dissolver o Parlamento se duas propostas de gabinete forem rejeitadas em 60 dias a partir da primeira rejeição, abrindo caminho para novas eleições.

O líder da USR, Dominic Fritz, disse que um governo liderado por Muresan pode "fortalecer a confiança" da população e que os três partidos buscarão

formar uma administração "séria e coerente".

Muresan é eurodeputado desde 2014 e vice-presidente da bancada do Partido Popular Europeu no Parlamento Europeu. A coalizão anterior, que assumiu em junho de 2025, tinha como prioridade reduzir o déficit, mas Bolojan entrou em choque com o Partido Social Democrata (PSD) sobre medidas de austeridade. Derrubado, ele segue como primeiro-ministro interino. O líder do PSD, Sorin Grindeanu, criticou a indicação de Muresan e disse que consultará a direção do partido para avaliar a proposta. **Fonte:** *Associated Press*.